

Entre acordos e votos, os pés plantados no ar

LUIZ CARLOS LISBOA

Para o relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, Bernardo Cabral, os acordos repetidos ultimamente entre o Centrão e as esquerdas "são o sinal de que esta Constituinte está trabalhando com os pés no chão". Será assim? Olhando de outro ângulo, seria possível dizer que até nos acordos conseguidos recentemente tem impedido a emotividade que leva os constituintes a compensar o que não precisa ser compensado, a produzir uma mediantia forçada que agrada a todos, a tirar a média do que às vezes não pode ser somado e diluído. O que a estatística consegue ao dar conta de que em determinada região do País há "28,5 camponeses por quilômetro quadrado" (sem que nenhum camponês tenha sido cortado pela metade), é impossível obter nos campos da justiça social e do desenvolvimento econômico, onde é indispensável considerar causas e efeitos, antes de tomar uma decisão. O "caminho do meio", os prêmios de consolação e a "terceira força" são impossibilidades absolutas quando o que se tem em vista é respaldado por uma filosofia, uma visão da contemporaneidade, uma necessidade premente de remediar a pobreza geral de uma nação.

A Constituinte padece do mal que afflige a vida pública brasileira dos últimos 70 anos: ausência de idéias básicas, inexistência de sentido e caminho no mundo, carência de definições. O que Lênin perguntava no título de uma de suas obras (ele já possuía as repostas, naturalmente) voltadas para a estratégia da manutenção do poder, nós colocamos no terreno das idéias gerais: que fazer? Diante do País, temos a herança pesada da desinformação cultural e a presença opressiva da ambição política mais fisiológica, hoje obcecada com a duração dos mandatos, com as próximas candidaturas, com a escolha de nomes (todos amorfos quanto a idéias, todos atentos à política enquanto carreira pessoal), e com as famosas desincompatibilizações. Robôs, clones programados para repetir o mesmo discurso e tomar as casas finais no grande "jogo da Glória" da vida pública, tudo o que fazem de necessariamente novo (uma Constituição, por exemplo) vem revestido de personalismo, de emotividade chorona, de chantagem político-afetiva. E eis que as sessões da Constituinte são um prato para estudiosos do compartimento humano (os de hoje e do futuro), e uma vitrina para os eleitores que vêm amadurecendo de desencanto em desencanto.

A história da aprovação da licença-paternidade e da licença de 120 dias para gestante é típica. Independentemente do mérito da questão, o tema foi trazido ao plenário em função de uma frase bem-humorada do presidente Ulysses sobre uma justa homenagem ao "homem gestante". O autor da proposta, deputado Alceni Guerra, foi à tribuna protestar contra a brincadeira e acabou comovendo seus pares, quando fez referências a dificuldades pessoais no cuidado da família. A narrativa do deputado comoveu o plenário, que aprovou por 317 votos contra 67 sua proposta. Esse o clima, o estado de espírito da As-

sembléia Nacional Constituinte, ainda na metade da votação de uma nova Carta para o País.

O resultado dessas emoções, do jogo de contrapesos, das consolações e dos confetes de apaziguamento social por medo da impopularidade é o fruto natural da falta de uma visão de conjunto da sociedade brasileira atual, e dos remédios necessários à sua recuperação. Sem convicções, sem ideologia, sem ordenamento filosófico na base de sua ação, os constituintes fazem acordos e votam em função das impressões subjetivas que os acometem como uma vitrola com distribuição de balas aos que julgam famintos.

O aumento das horas extras, a limitação de seis horas da jornada de trabalho, os 120 dias para gestante, fazem com que o lado humanitário discutível da sua essência esconda os grandes prejuízos inevitáveis para os geradores de riqueza, num país que agora precisa terrivelmente deles. As indústrias que trabalham 24 horas por dia, por exemplo, terão um aumento de 33% em suas folhas de pagamento, pelas horas extras. O que está em jogo é o futuro imediato do Brasil, que precisa tornar-se economicamente viável e buscar a prosperidade — pelo trabalho, pelo emprego, pela oportunidade, pela criatividade e produtividade dos seus cidadãos.

Não será aumentando os empregos públicos que nos vamos tornar "o País do Futuro" das profecias encomendadas. Não será com a chantagem emocional que vamos aprender a pensar com objetividade, mas é substituindo a novela das 7 pelo mundo real que se conhecem os fatos à nossa volta. Esse realismo de que carece o homem público brasileiro (que não falta ao povo, diga-se a bem da verdade) é a primeira riqueza que se conquista, antes de todas as outras, porque encerra um capítulo de sonhos cor-de-rosa e decepções subsequentes. A dança à beira do abismo num país cuja receita é toda carregada para pagamento do funcionalismo da administração direta é um tíquete dos políticos e dos demagogos de todas as áreas, não uma vocação popular. Para o governo, "o País precisa de um clima de tranquilidade política, sem eleições este ano", segundo seus porta-vozes. Não é bem assim. O País precisa, agora, de uma Constituição realista, madura, inteligente, feita para reger uma nação que deseja crescer pelo trabalho, não uma vasta repartição que sonha com vantagens e benefícios infinitos, tendo seus marajás como paradigma.

Ao contrário do que pensa o relator da antiga Comissão de Sistematização da Constituinte, os trabalhos e acordos da assembléia que vota a futura Carta constitucional pouco têm de objetivo. Seus pés parecem, como disse alguém um dia, solidamente plantados no ar. Há muita emoção em Brasília, como houve sempre emoção excessiva cercando o poder no Brasil. É preciso tornar o País possível; é necessário acreditar no trabalho como caminho para a riqueza (e sua distribuição natural, por esta via); é preciso desconfiar do choro e da euforia fáceis. Antes dos prêmios, dos louros e das partilhas, temos pela frente o trabalho, a sobriedade e a persistência como virtudes a cultivar.